



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito



Ofício n.º 272/2018

Chuvisca/RS, 01 de outubro de 2018.

Exmo. Sr.
Jose Altair Neugebauer e Silva
Presidente da Câmara de Vereadores
Chuvisca/RS

Senhor Presidente

Através do presente, apresentamos o **Projeto de Lei sob nº 044/2018**, que concede e disciplina a concessão de vale-alimentação aos servidores públicos e conselheiros tutelares.

Atenciosamente

Joel Santos Subda
Prefeito de Chuvisca



MENSAGEM DO PROJETO DE LEI 044/2018

Ilustríssimos Senhores Vereadores, apresentamos para apreciação desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 044/2018, através do qual busca o Executivo conceder o vale-alimentação aos servidores Municipais e Conselheiros Tutelares.

É com grande satisfação que o Poder Executivo, apesar das inúmeras dificuldades financeiras enfrentadas, poderá contemplar os servidores com o Vale-alimentação, uma reivindicação antiga e justa dos nossos servidores e conselheiros tutelares.

Tal vantagem é concedida aos servidores e conselheiros por seus méritos e excelente trabalho prestado, e também, para cumprir o que fora prometido pelo



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito



Prefeito e por muito tempo sustentado, e que só não foi implementado antes pois, se tornava necessário segurança no importante passo a ser dado.

Muitos buscarão obter proveito político de tal vantagem, e se dirão autores do projeto, no entanto, o Executivo deseja deixar claro que o motivo da concessão é o pleito dos servidores e conselheiros, que pedem há muitos anos o pagamento de tal verba indenizatória, não sendo o presente projeto o atendimento de qualquer reivindicação de agentes políticos.

O valor a ser indenizado aos servidores foi calculado com base nos custos médios de alimentação, além de considerar o valor pago a mesmo título nos Municípios de Camaquã e Dom Feliciano.

O mesmo será pago aos servidores, a partir de janeiro de 2019, e possui previsão PPA, constando no anexo que fora atualizado pela LDO 2018.

Por tais justificativas, apresentamos o projeto e requeremos que o presente Projeto seja apreciado e colocado em votação, e, ao final, aprovado em todos os seus termos pelos nobres Vereadores, pois a proposição atende ao interesse público e a legalidade.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2018.

Joel Santos Subda
Prefeito de Chuvisca



PROJETO DE LEI Nº 044/2018

Dispõe sobre a concessão de vales-refeição aos servidores municipais e conselheiros tutelares e dá outras providências.

Art. 1º É instituído o benefício do vale-refeição aos servidores municipais e conselheiros tutelares, de participação facultativa, na razão de um vale-refeição por dia útil do mês.

Art. 2º Os vales-refeição serão fornecidos através de empresa especializada em refeições-convênio, ficando o Poder Executivo, desde já, autorizado a firmar contrato com pessoa jurídica desta natureza, observadas as normas relativas à licitação.

Art. 3º O valor do vale-refeição será de R\$ 12,80 (doze reais e oitenta centavos) por dia útil trabalhado, e a participação do servidores, mediante desconto em folha devidamente autorizado, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total dos vales.

Parágrafo único: independente do número de matrículas do servidor, será pago apenas um vale-refeição por dia útil trabalhado.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei não integrará a remuneração dos servidores, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciário.

Art. 5º Não farão jus ao benefício instituído pela presente Lei os servidores municipais inativos e aqueles que estiverem afastados do exercício do cargo, inclusive nas hipóteses que a lei prevê o afastamento como de efetivo serviço público.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito



Art. 6º No exercício financeiro de 2019, as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município, por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º O valor do vale-alimentação será reajustado a partir de 01 de janeiro de acordo com a correção anual fixada, não podendo ser inferiores aos aplicados aos salários dos servidores públicos municipais e ao índice de inflação anual do país.

Parágrafo único: a correção somente será devida a partir de janeiro de 2020.

Art. 8º Quando o servidor estiver a trabalho e fizer jus ao recebimento de diária, ou diária rural, não receberá o vale-alimentação instituído na presente Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

Chuvisca, 01 de outubro de 2018.

Joel Santos Subda
Prefeito de Chuvisca